

UMA LEITURA INSTRUTIVA E CATIVANTE

O CONTROLE DO IMAGINÁRIO

Este texto foi originalmente publicado como resenha in *Poetica. Zeitschrift für Sprach- und Literaturwissenschaft*, Karlheinz Stierle (org.), vol. 23, 3–4, Fink, Munique 1991, por ocasião do aparecimento da tradução de *O controle do imaginário*. Luiz Costa Lima, *Die Kontrolle des Imaginären. Vernunft und Imagination in der Moderne*. Tradução alemã de Armin Biermann, Frankfurt a/M. Suhrkamp, 1990, 368 páginas.

Desde os anos do *boom* da literatura latino-americana, os europeus, e sobretudo eles, consideram a América Latina uma das principais regiões em que se escreve literatura moderna ou pós-moderna. Menos conhecidas, porém, são sua teoria e história literárias; não obstante sejam tão importantes quanto a literatura. Elas não só elaboraram informações instrutivas sobre a cultura do continente, como desenvolveram perspectivas interessantes a respeito da herança cultural européia, de um ponto de vista não-familiar aos próprios europeus. Quem mais impressiona entre os expoentes dessa teoria da literatura é o brasileiro Luiz Costa Lima. Sua obra revela a virtuosidade na escrita de ensaios, a força estimuladora que move seus interesses em história, teoria da literatura, sociologia e epistemologia. Isto sem mencionar sua vasta erudição. Erudição que lhe permite, por exemplo, em *Sociedade e discurso ficcional*, apresentar contribuições precisas tanto sobre a originalidade das crônicas de Fernão Lopes quanto sobre o trajeto que percorre a autobiografia de *Secretum*, de Petrarca, a *De propria vita*, de Cardano, e a *Vita*, de Cellini, ou sobre a importância da *Scienza Nuova*, de Vico, para o livro sobre a *mimesis*, obra maior de Erich Auerbach.

Depois de publicar diversos artigos em língua alemã, temos pela primeira vez a tradução integral de um livro de Costa Lima:¹ trata-se de *O controle do imaginário. Razão e imaginação nos tempos modernos*. O tema desta coleção de ensaios é a categoria do ficcional, num duplo sentido. Num primeiro momento, o autor trata – de certo modo – da apologia e da legitimação da categoria; depois, através de uma série de exemplos, diferencia o ficcional do real, tal como o desenham textos da historiografia e das ciências sociais. A primeira parte do livro, a meu ver sobremaneira esclarecedora, conta a história da censura interna e externa que parece ter sido exercida sobre o „imaginário“, o mais tardar já a partir do advento do cristianismo. De acordo com Costa Lima, combina-se nela o veto social contra a ficção e a pretensão autoritária de limitar e dominar a subjetividade. O autor rastreia o poder desses controles que se impõem, às vezes de forma óbvia, às vezes de forma mais sutil, da Idade Média até o Romantismo. A atenção crítica de Costa Lima aponta sobretudo ao „racionalismo ético“ da poética classicista da Renascença, a qual era contrária à ficção. Na segunda parte do livro, a discussão do conceito de ficcionalidade recorre a três casos-limite que são de grande interesse para a discussão de língua alemã, precisamente por não fazerem parte de nosso cânone. Objeto da interpretação instigante e da agudeza do argumento do autor são a historiografia de Jules Michelet, tida na França, a partir de Barthes, como a grande „literatura“ novecentista; *Os sertões*, de Euclides da Cunha, relato sociológico-etnológico de uma guerra que recentemente ganhou nova fama literária por servir como „fonte“ a *La Guerra del fin del mundo*, de Mario Vargas Llosa; por fim, o penúltimo romance de Machado de Assis, *Esau e Jacó* (1904), obra que também no Brasil contou com poucos leitores.

O percurso argumentativo da primeira parte, com seus eixos „veto ao ficcional“/ „compromisso com a razão“, revela a intenção do livro. Não se trata apenas de analisar o ficcional, mas também de apresentar uma espécie de *Défense et illustration* da categoria. Este aspecto do pressuposto do autor complementa a reconstrução histórica e a distinção conceptual e até os substitui em algumas passagens, dando a *O controle do imaginário* o elã que o distingue em particular de tratados comparáveis, porém menos engajados. Entretanto, um engajamento que avança além da definição para o realce ilustrativo da categoria da ficcionalidade, avivando argumentos. Aliás, em relação ao entusiasmo em favor do

1 A maioria das traduções mais antigas dos ensaios foi publicada em uma série de Atas de Congresso. Cf. Bernard Cerquiglini/Hans Ulrich Gumbrecht (orgs.), *Der Diskurs der Literatur- und Sprachgeschichte* (stw 411), Frankfurt a/M. 1983, pp. 367–404 („Literaturkritik und Literaturgeschichte in der brasilianischen Kultur des 19. Jahrhunderts“); Hans Ulrich Gumbrecht/Ursula Link-Heer (orgs.), *Epochenschwellen und Epochenstrukturen im Diskurs der Literatur- und Sprachgeschichte* (stw 486), Frankfurt a/M. 1985, pp. 424–440 („Die Akklimatisierung des Sinnhorizonts der Romantik in Brasilien“); Hans Ulrich Gumbrecht/K. Ludwig Pfeiffer (orgs.), *Stil. Geschichten und Funktionen eines kulturwissenschaftlichen Diskurselements* (stw 633), Frankfurt a/M. 1986, pp. 289–313 („Historie und metahistorische Kategorien bei Erich Auerbach“); Hans Ulrich Gumbrecht/K. Ludwig Pfeiffer (orgs.), *Materialität der Kommunikation* (stw 750), Frankfurt a/M. 1988, pp. 763–775 („Gnosis und Antiphysis bei Borges“); Hans Ulrich Gumbrecht/K. Ludwig Pfeiffer (orgs.), *Paradoxie, Dissonanzen, Zusammenbrüche* (stw 925), Frankfurt a/M. 1991, pp. 571–588 („Tropischer Kontrapunkt der Postmoderne?“).

„imaginário“ - que é socialmente controlado e, portanto, deve ser liberado –, eu também o compartilho. Devo, contudo, ser mais preciso: o compartilho do ponto de vista poetológico, porém, nem sempre tenho a mesma identificação do ponto de vista teórico.

Em sua definição do „texto ficcional“, Costa Lima desenvolve uma estratégia argumentativa que se funda sobretudo em dois aspectos. Por um lado, o autor julga oportuno separar, com muito mais clareza do que se costuma fazer, textos ficcionais de textos teóricos, em especial, textos sociológicos e históricos. No livro, os últimos são representados por Michelet e Euclides da Cunha. Por outro lado, os textos ficcionais, assim diferenciados, recebem uma distinção não apenas no sentido da separação, mas também no sentido da qualidade, à medida que abrigam critérios de distinção que, na poética contemporânea, podem invocar grande prestígio. Diz o autor no final da leitura de *Esaú e Jacó*:

Dentro dos padrões da modernidade, para que uma obra seja reconhecida como ficcional é preciso que, sobre ser formada por „quase enunciados“ – i.e., enunciados sobre os quais não é cabível a decisão de ser verdadeiros ou falsos – estes choquem as expectativas do receptor, senão mesmo as irrite (p. 344 da tradução alemã, p. 259 da segunda edição brasileira).

Nesta passagem, sem dúvida, Costa Lima apreende um traço decisivo da modernidade poetológica. Pergunto-me, porém, se os critérios com base no ato de transgressão, ou seja, no ato de rompimento de determinados horizontes de expectativa – atos que contemporaneamente entendemos como definidores da *modernidade* de um texto –, pergunto-me se tais critérios são realmente adequados para medir também o grau de *ficcionalidade* desses mesmos textos. Neste caso, textos da literatura de entretenimento, os chamados best-sellers, ao obedecerem às convenções de seu gênero e corresponder de forma exata ao horizonte de expectativa do público, devem ser explicitamente concebidos como não-ficcionais e, por isso, „realistas“ ou „históricos“. Em contrapartida, textos que falsificam certos esquemas genéricos – como os anti-romances policiais de Leonardo Sciascia –, revelariam, se a regra for válida, a sua natureza ficcional justamente por serem falsificações. Imagino, no entanto, se o caso não é outro, ou seja, se não é precisamente a quebra de expectativas do leitor, motivada por hábitos literários já consagrados, o elemento que revela o mais poderoso *efeito de real* de que dispõe a literatura para desvendar ou encobrir sua ficcionalidade.²

2 A respeito, cf. explicações do conceito que me parecem mais convincentes: K. Eibl, „Realismus‘ als Widerlegung von Literatur“, in *Poetica. Zeitschrift für Sprach- und Literaturwissenschaft*, org. por Karlheinz Stierle, vol. 6, Fink, Munique 1974, pp. 456–467, principalmente p. 465 (onde é definido o efeito do real enquanto „falsificação de elementos do sistema criptoteórico da literatura“).

Questionável parece-me também o resultado da comparação entre textos ficcionais e textos escritos por historiadores ou cientistas sociais que Costa Lima nos apresenta em capítulos sobre Euclides da Cunha e Michelet. Em referência a Wolfgang Iser, Costa Lima vê a peculiaridade determinante de textos ficcionais em seus „lugares vazios“, ao passo que parece tomar por garantida a ausência de „lugares vazios análogos“ nos textos de historiadores e cientistas sociais. À diferença do autor, eu recomendaria não contrapor simplesmente textos ficcionais ou literários a um complexo fechado de textos de historiadores ou cientistas sociais, mas, no que se refere a este complexo tópico, estabelecer outras diferenciações. Afinal, textos científicos também dependem, em medida diferente, por certo, da narratividade,³ conforme a qual ampliam, *nolentes volentes*, seu número de „lugares vazios“ ou o reduzem – no caso de um *ethos* científico mais estrito e, portanto, antinarrativo. Ademais, o que impede a leitura de textos literários sob perspectivas históricas ou, inversamente, a leitura de textos históricos sob perspectivas literárias? A leitura de textos históricos ou teóricos, seja qual for a quantidade e a qualidade de seus „lugares vazios“, confirma geralmente a pretensão original de seus autores, como se estes reclamassem autoridade científica, por assim dizer. Quando a autoridade se perde – o que é muitas vezes inevitável, dada a crescente distância temporal – são principalmente textos filosóficos que migram, mudando seu estatuto, do campo da recepção científica para o da recepção literária: migração que poderíamos entender tanto como exílio humilhante quanto como carreira bem-sucedida.

Ao insistir na apoteose do imaginário e deixar sua descrição em segundo plano, Costa Lima tende, às vezes, inclusive na primeira parte de sua apresentação dedicada à história literária, a uma certa visão parcial. E é esta visão que acaba estimulando a própria confrontação acirrada que dá origem e explica o sentido do título do livro. Costa Lima descobre num campo o partido das forças rebeldes, isto é, as forças da imaginação e da subjetividade. Já no outro campo, identifica o partido da repressão àquelas forças, partido representado pelas instâncias da igreja e do estado que subjugam a poética da Renascença, exercendo um controle inteiramente hostil à ficção. Há, sem dúvida, bons motivos para contar a história da literatura renascentista tomando como ponto de partida esse tipo de controle ou o „racionalismo ético“ que ele impõe. Mas é preciso não perder de vista o prego que tal modelo de narrativa deve pagar, pois se se trata de uma cronologia conseqüente, tal história da ficção caminhará da opressão exercida pelos classicistas até a libertação promovida pelos românticos. No entanto, tal narrativa, ao menos no quadro em que Costa Lima situa a literatura renascentista, não poderá levar em conta, por exemplo, Ariosto, tampouco Rabelais. No tocante à evolução da poética no *Cinquecento*, todos os argumentos neoplatônicos deverão ser eliminados e, neste sentido, a ausência de um poetólogo antiaristotélico como

3 Cf. neste contexto – em referência a A.J. Greimas – Peter V. Zima, *Ideologie und Theorie*, Tübingen 1989, p. 244 e seguintes e passim.

Francesco Patrizi da Cherso⁴ é reveladora por ser conseqüente. Algo parecido ocorre inclusive com a categoria do verossímil. Aristóteles já a reivindicava para a literatura (*Dichtung*), opondo-a à categoria da verdade historiográfica. No entanto, para Costa Lima, essa categoria aparece como produto específico da poética renascentista. Ainda: um conceito que corresponde quase por inteiro à categoria do „verdadeiro“, ocupando o lugar poetológico antes destinado à categoria aristotélica do „possível“:

A *mimesis* não dizia respeito senão ao possível [...]; seus limites não eram outros senão o do passível de ser concebido. Entre os renascentistas, ao contrário, a posição do possível sera ocupada pela categoria do verossímil que, evidentemente, depende do que já é, do atual, então confundido com o verdadeiro (p. 42 e seguintes da tradução alemã; p. 32 da segunda edição brasileira).

Tal visão parcial se origina, na maioria dos casos, no afã de monumentalizar a resistência contra a ficcionalidade e a imaginação, valores que aqui ganham de certa forma um tom que se poderia denominar patético. Não obstante, *O controle do imaginário* é uma leitura instrutiva e cativante, cuja importância justifica pienamente o grande investimento necessário para sua edição em língua alemã.

Tradução de Johannes Kretschmer

4 Cf. acerca de Patrizi que realizou, em nome da *admiratio*, uma campanha em favor da autonomia da ficção „face às exigências da verdade“, por exemplo, Andreas Kablitz, „Dichtung und Wahrheit. Zur Legitimität der Fiktion in der Poetologie des Cinquecento“, in *Ritterepik der Renaissance*, org. por Klaus W. Hempfer, Akten des deutsch-italienischen Kolloquiums Berlin, 30.3–2.4, 1987 (Text und Kontext, vol. 6), Stuttgart 1989, pp. 77–122, equi pp. 120–122; ou Gerhard Schröder, *Logos und List. Zur Entwicklung der Ästhetik in der frühen Neuzeit*, Königstein/Taunus 1985, pp. 77–79 e passim. Schröder considera a poética renascentista o processo onde „a literatura se separa da realidade e da verdade“; essa separação faz com que se constitua o „campo da fantasia artística enquanto campo dotado de urna propria Ratio“ (p. 77 e p. 83); a análise de Schröder representa, por assim dizer, a história complementar da narrativa de Costa Lima: urna história que age com energia semelhante (e semelhante vontade de estilização) e dramatiza o que Costa Lima deixa de lado ou suprime.